

## Editorial

Prezados(as) leitores(as),

Tenho o prazer de apresentar mais uma edição da *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – RTCE/SC*. Neste terceiro número, começo destacando a importância do aprendizado contínuo, que nos permite avançar em nosso propósito de contribuir para o aprimoramento da Administração Pública, e de todo o apoio recebido, tanto na divulgação do periódico como na participação de autores e de pareceristas. Certamente esses fatores são fundamentais para o sucesso e para a consolidação de nossa revista como uma referência em sua área de conhecimento.

Inicia-se a Seção de Artigos com as contribuições dos autores convidados, os quais trazem importantes discussões atinentes às licitações e aos contratos administrativos. No primeiro trabalho, o articulista aborda os pontos mais polêmicos relacionados à aplicação da arbitragem nas contratações regidas pela nova Lei de Licitações, buscando em doutrinadores renomados os fundamentos de reflexão sobre a aplicação da indisponibilidade do interesse público e os elementos que possam auxiliar os gestores na decisão quanto à utilização desse método para a resolução de conflitos. No artigo seguinte, o autor valeu-se do ensinamento de estudiosos contemporâneos, das contribuições dos tribunais de contas e das organizações internacionais para analisar o sistema de controle de riscos previsto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril 2021, que confere maior eficiência às contratações a partir da mitigação de riscos e da estruturação de linhas de defesa, e para apontar medidas para seu aperfeiçoamento.

Os textos subsequentes foram selecionados em chamada pública e abrangem outras tantas questões que merecem nossa atenção e debate. A partir do conceito de erro grosseiro e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), um dos artigos traz à discussão a responsabilização dos advogados públicos. Em outro, os autores apresentam e analisam dados de municípios catarinenses sobre as políticas locais de promoção da igualdade racial, os quais demonstram a escassez e a urgência de ações nessa seara, bem como a importância do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) como promotor de transformação. O texto seguinte propõe, a partir do estudo de caso da implantação de polos associados da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a adoção de uma metodologia de suporte ao processo de decisão, baseada em análise multicritério, que pode ser adaptada e replicada para outras áreas e desafios públicos. Finalizando a seção, temos a apresentação de exame dos impactos do controle social na gestão

pública, no qual os articulistas apresentam os possíveis efeitos da governança democrática e as dificuldades a serem superadas.

Na Seção de Trabalhos Técnicos, contamos com a expertise dos autores para discutir temas empolgantes e necessários. O primeiro dos trabalhos ocupa-se da universalização do saneamento básico no Brasil como essencial para o desenvolvimento sustentável. Nele, demonstra-se que o setor passa por uma clara mudança de paradigmas, o que reforça a importância do cumprimento dos requisitos ambientais, sociais e de governança, a serem observados desde o planejamento das contratações de concessão, com ênfase nas práticas Environment, Social and Governance (ESG). Já o segundo trabalho debate as possibilidades da Inteligência Artificial Generativa (IAG), com a transformação de dados escuros em ativos de conhecimento para os órgãos de controle externo. Exemplo disso, conforme o texto, é o sistema VigIA, desenvolvido no TCE/SC, que, atualmente, está direcionado para a análise de editais de licitação, mas que tem grande potencial de ampliação de sua aplicabilidade, de acordo com estudos em andamento. Encerramos a seção com um parecer opinativo, cujo objeto é a interpretação dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal que tratam da nulidade de atos que resultem em aumento da despesa de pessoal no final de mandato.

Por fim, temos a Seção de Jurisprudência Seleccionada, composta pelas mais recentes decisões deste Tribunal de Contas. Nesta edição, destaco que foram incluídas notas técnicas aprovadas em Plenário, de caráter orientativo, a respeito de temas de interesse dos municípios e do estado, tais como a exigência da cadereta de vacinação dos estudantes no ato da matrícula e as contratações para coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares. Ainda nessa seção, apresentamos alguns levantamentos relacionados a políticas públicas relevantes, cujas conclusões vão subsidiar futuras ações de fiscalização e que, desde logo, fundamentaram recomendações aos gestores.

Com a satisfação de ter apresentado mais uma edição que oferece variados assuntos do interesse de nosso público e muitas possibilidades de reflexão e de estudo, desejo uma boa leitura a todos(as).

**Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior**

Presidente do Conselho Editorial